

O ALEMÃO E A FAZENDA: as relações de Geisel com a Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Leandro Gomes Gentil¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise das relações do governo de Ernesto Geisel, conhecido também como alemão, com uma importante entidade de latifundiários: a Sociedade Rural Brasileira (SRB), grande representante dos produtores de café de São Paulo. Iremos observar como tal entidade, a partir do advento da crise internacional do petróleo (1973), se relacionou com a proposta intervencionista e industrializante de Geisel, tendo como locomotiva as Empresas Estatais. Iremos analisar o discurso não só da SRB, como também de outra entidade de proprietários rurais, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Por meio de seus discursos oficiais observaremos a aproximação e distanciamentos da classe de latifundiários com o governo Geisel.

Palavras-chave: Latifundiários. Ditadura Civil-Militar. Crise do petróleo.

ALEMÁN Y LA GRANJA: relaciones de Geisel con la Sociedad Rural Brasileña (SRB)

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar las relaciones entre el gobierno de Ernesto Geisel, también conocido como alemán, con una importante entidad de terratenientes: la Sociedad Rural Brasileira (SRB), gran representante de los productores de café en São Paulo. Observaremos cómo dicha entidad, desde el advenimiento de la crisis petrolera internacional (1973), se relacionó con la propuesta intervencionista e industrializadora de Geisel, teniendo a las empresas estatales como locomotora. Analizaremos el discurso no solo de la SRB, sino también de otra entidad de propietarios rurales, la Sociedad Nacional de Agricultura (SNA). A través de sus discursos oficiales observaremos el acercamiento y distancias de la clase terrateniente con el gobierno de Geisel.

Palabras Clave: Terratenientes. Dictadura cívico-militar. Crisis del petróleo.



Introdução

O Golpe civil-militar, que inseriu o Brasil em uma ditadura de aproximadamente vinte e um anos, foi apoiado e sustentado, durante longo período, por uma elite de latifundiários que almejava um país cujo objetivo fosse o retorno à velha prática de um liberalismo econômico, ou melhor: por uma burocracia estatal que, disfarçada de liberal, em tempos de bonança deixasse os produtores gozando de taxas impositivas irrisórias, auxiliasse com incentivos fiscais e subsídios sua produção, fosse austera aos movimentos camponeses existentes no país - vide a perseguição às Ligas Camponesas de Francisco Julião -, e em tempos de crise, abandonasse a “mão invisível do mercado” e abrisse os cofres públicos para empréstimos com juros mínimos.

A Sociedade Rural Brasileira, com fundação em 1919, já estaria envolvida, em 1932, na chamada “Revolução de 1932”, apoiando o golpe das elites paulistas contra Getúlio Vargas. Em 1961, apoiou o movimento que tentava impedir a posse do vice presidente João Goulart (PTB), após a renúncia de Jânio Quadros (PTN). Em 1964, participou ativamente da mobilização para derrubada de Jango, e fez-se presente em movimentos como a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, em 19 de março de 1964, vista pela SRB como uma espécie de revanche da derrota de 1932.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, na linha Instituições, poder e ciências. Especialista em História da América Latina (UNISUAM, 2012). Licenciado em História (UNISUAM, 2011). Professor da Seeduc-RJ, atualmente é Diretor Adjunto do Colégio Estadual Darcy Ribeiro. ID Lattes: 5120-7543-7753-8168, ORCID: 0000-0002-9472-6915. E-mail: leandrogentil@hotmail.com.

A passeata foi precedida de várias reuniões e líderes de nada menos que oitenta organizações que participaram do evento. Entre elas estavam: a Fraterna Amizade Urbana e Rural; **Sociedade Rural Brasileira**; a União Cívica Feminina, entre outras. (FERREIRA, 2014, p. 302. Grifo nosso).

Entretanto, apesar do entusiasmo da vitória do movimento liderado por Mourão Filho², que derrubou o presidente eleito democraticamente em 31 de março de 1964, afirmar que durante todo o período da ditadura civil-militar houve uma “lua de mel” entre o “quartel” e a “fazenda” é um erro enorme.

Um dos primeiros arranhões entre o governo e a Rural de São Paulo se deu logo no início do governo Castelo Branco, com a aprovação da lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra. O artigo segundo do Estatuto era o ponto mais polêmico, pois reconhecia a função social da terra: “art. 2º é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista em lei”. Erradicar o latifúndio e o minifúndio era um objetivo claro do texto, considerando-os um modelo antieconômico.

Surgiu, em paralelo, o problema da reforma agrária, agora apelidada de “Estatuto da Terra”, que, infelizmente, no governo revolucionário está tomando um sentido ainda mais desestimulador das atividades agrícolas, o que faz com que as previsões futuras se tornem sombrias. O que se esperava do governo revolucionário, - que era dar segurança à atividade privada interna em qualquer setor de produção, inclusive agrícola, como procura fazer com o capital estrangeiro, ao qual oferece totalmente, - não foi confirmado, estando a agricultura na pior situação em que jamais esteve até hoje.³

A grande ironia, neste momento, é observarmos como os produtores rurais, após a redação do Estatuto da Terra, comparam o governo de João Goulart com o de Castelo Branco. Segundo a SRB, a filosofia do Estatuto continha uma “violência marxista”, e a reforma seria imposta pelas armas ou pelo imposto progressivo. Em suma, indiretamente definiram o governo de Castelo Branco como a continuidade do “perigo socialista”, que o mesmo derrubou na madrugada de 31 de março. “E então a ‘revolução indolor’ terá nos transformado, a tudo e a todos, nos campos e nas cidades, em bens do Estado. Entregará os pulsos às algemas da servidão comunista”⁴

Além da oposição da entidade em torno do tema do Estatuto da Terra, frequentemente havia fortes críticas à política cafeeira que estava sendo executada pelo governo. Segundo a SRB, o país, em 1964, havia deixado de exportar quatro milhões de sacas de café devido aos sucessivos erros da burocracia estatal, ao tratar de política cafeeira. Os cafeicultores estudavam a hipótese, inclusive, da extinção do Instituto Brasileiro do Café, por o considerarem inoperante naquele governo.

Se em agosto, com as primeiras notícias do Estatuto, a Rural paulista já ensaiava algumas críticas, em outubro, às vésperas da votação da lei, o tom estava ainda mais duro: “Entretanto, pela mais incompreensível e surpreendente ironia do destino, decorria apenas 8 meses da vitória da revolução, o governo atual (...), adota a mesma intenção dos dirigentes depostos, apresentando idêntica proposta de emenda constitucional⁵.” Não é objetivo deste artigo

² O presidente da SRB, Salvio de Almeida Prado, logo após o golpe, escreveu um telegrama para o general Olímpio de Mourão Filho, além de parabenizá-lo pela iniciativa afirmava que foi uma atitude tomada “em defesa da Pátria, pelo comunismo, pela corrupção, pela politcalha e pela impunidade”(A Rural, São Paulo, p.15, maio/64).

³ Revista A Rural - agosto-1964 - editorial.

⁴ Revista A Rural - novembro-1964 - p.11.

⁵ Revista A Rural - outubro-1964 - editorial.

esmiuçar as aproximações e distanciamentos entre a burocracia estatal⁶ e a Sociedade Rural, nem teríamos espaço disponível para tal. O que o leitor que ainda não tivera contato com tal conteúdo precisa absorver até este ponto é: se de um lado houve um apoio, quase incondicional, à ideologia da chamada “Revolução Redentora de 1964”⁷, baseada no anti comunismo, ideologia da segurança nacional, reflexo da Guerra Fria (1947-1991), o mesmo não podemos afirmar dos encaminhamentos políticos e econômicos dos diversos presidentes da nação durante o período compreendido entre 1964 e 1985.

A fábrica de sonhos acabou

Surfando na onda de um período onde a economia mundial se expandia, havia grande oferta de créditos a juros baixos, e o petróleo, em 1973, estava cotado em US\$ 2,90. O mundo havia aumentado nos últimos 25 anos em cinco vezes o consumo deste combustível, chegando ao patamar de 25 milhões de barris por dia. O Brasil, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), viveu o período conhecido como “O Milagre Econômico”. O país experimentou um crescimento econômico, somado, também, a euforia da ampliação do acesso a bens de consumo como carros, televisores, geladeiras, e diversos eletrodomésticos, sem contar com o entusiasmo do tricampeonato de 1970, onde o governo soube muito bem trabalhar a mentalidade de uma nação fadada ao sucesso.

Os anos do “milagre” foram o exemplo mais alto da legitimação de regime militar pelos êxitos da política econômica. A euforia, concentrada sobretudo nos setores de classe média, se embalava ao sonho de um Brasil que presumivelmente entraria no clube dos países hegemônicos, na virada do século XX. Diante disso, as violências repressivas, que atingiam o ponto mais alto no governo Médici, eram ignoradas ou vistas como situações incômodas, mas inevitáveis, de qualquer modo, de importância secundária. (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 405).

Durante a transição do mandato de Médici e Ernesto Geisel (1974-1979), mais precisamente no dia 6 de outubro de 1973⁸, dois mil canhões egípcios, divididos em dois corpos do exército, invadiram o deserto de Sinai. Foi o estopim para a deflagração de um conflito que teria como consequência a crise internacional do petróleo. Militarmente, coube vitória aos israelenses, com a invasão do exército no dia 11 ao território Sírio, e no dia 16 do mesmo mês, ao Egito. Paralelamente, os produtores de petróleo dos países Árabes iniciaram uma escalada no preço do combustível, chegando a aumentar em 100% o valor do barril. Se em 1970, o preço estava cotado a US\$ 1,80, no final de dezembro de 1973 já estaria cotado a US\$ 11,65.

A crise afetou profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total do seu consumo. Não obstante, (...) o sucessor de Médici - general Ernesto Geisel - optou, em 1974, por uma política de crescimento econômico, em meio a uma crise que não era apenas brasileira, mas tinha dimensões internacionais. (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 406).

⁶ Liderada por militares, porém com grande participação de civis, inclusive observamos a presença de vários quadros da própria SRB na burocracia estatal entre 1964 e 1985, ocupando inclusive Ministérios-chaves do governo.

⁷ Apesar do autor não concordar com esta nomenclatura, a mesma, foi utilizada pela SRB e demais entidades apoiadoras da Ditadura Civil-Militar.

⁸ Dia do perdão do calendário judaico.

Para tentar frear a inflação no país, o governo brasileiro, tendo como protagonista o ministro Delfim Netto, recorreu ao subsídio. De fato, se não fosse isso, o governo Médici terminaria com uma inflação de 28%, porém, fechou o ano de 1973 com 15%.

Além da inflação, houve um aumento significativo das taxas de juros internacionais. Com isso, o endividamento do país se agravou os juros dos empréstimos contraídos para sustentar o “milagre” eram pós-fixado, logo, depois da crise do petróleo, subiram vertiginosamente.

Geisel e a SRB

Em 1973 Médici não conseguiu eleger seu sucessor. As Forças Armadas escolheram para ocupar o cargo de Presidente da República o general Ernesto Geisel. Segundo Boris Fausto, “a indicação de Geisel representou um triunfo dos castelistas e, conseqüentemente, uma derrota da linha-dura” (FAUSTO, 2009, p. 488).

Geisel assume o poder em 15 de março de 1974. O presidente ficou associado ao processo de abertura política, que o mesmo definiu como “lenta, gradual e segura”.

Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha-dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. (FAUSTO, 2009, p. 489).

No Ministério da Fazenda, Delfim Netto fora substituído por Mário Henrique Simonsen. No mesmo período houve o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em suma “buscava complementar o processo de substituições de importações instalado há décadas no país, mudando seu conteúdo.” (FAUSTO, 2009, p. 495). A questão da substituição de combustível, gasolina para álcool, também era objetivo do II PND.

O grande foco do plano de Geisel e Simonsen era o crescimento do país tendo como locomotiva a grande empresa estatal. Assim, o governo promoveu maciços investimentos na Eletrobrás, Petrobrás e Embratel. Tal medida causou grande estranhamento dos setores empresariais, principalmente os paulistas. “Desse modo, o General Geisel - promotor da abertura a partir dos anos 1970 - deu ao Estado um papel central na promoção do desenvolvimento.” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 401).

Infelizmente, devido ausência da publicação da revista “A Rural” por parte da SRB, no período de 1968 a 1978, ficamos sem acesso aos seus editoriais, que geralmente serviam de termômetro para observarmos o nível de aproximação, ou distanciamento, da entidade com o governo. Neste período de ausência, utilizamos algumas matérias publicadas no jornal O Estado de São Paulo, na maioria das vezes assinadas pelo presidente da Rural, para seguirmos tal pesquisa.

A partir de 1974, a grande preocupação da SRB estava na política cafeeira. A alta do dólar havia aumentado o valor dos defensivos agrícolas e fertilizantes. O Instituto Brasileiro do Café (IBC), presidido por Camilo Calazans Magalhães, acreditava que a melhor saída era a valorização do café no mercado externo. Em junho do mesmo ano, o governo federal liberou um crédito de 2 bilhões e 59 milhões de cruzeiros, com juros de 7% ao ano, para estimular a produção do café. Entretanto, mesmo com todo incentivo, a questão do café ainda era marcada por uma intensa instabilidade.

Em 12 de outubro de 1974, a SRB publicou uma carta no jornal Estado de São Paulo. Em suma, narrava as dificuldades encontradas em combater a ferrugem na produção do café, também criticava a política do governo em manter o valor do produto baixo. O tom era dramático, “se não forem atendidos nessa emergência, dificilmente poderão prosseguir em suas atividades.”⁹

A Sociedade Rural Brasileira e a Associação Paulista de Cafeicultores, órgãos representativos da classe agrícola, pedem vênias para trazerem ao conhecimento de Vossa Excelência a aflição situação em que se encontram os cafeicultores e o café brasileiro e sugerir providências no sentido de saná-las, dando-lhes condições de atendimento aos interesses gerais.¹⁰

Conforme a Ditadura Civil-Militar se “esticava”, as relações entre o quartel e a fazenda tornavam-se mais plurais. Havia um certo desapontamento à política econômica encaminhada pelos militares que, segundo os latifundiários, tinham dado ao campo papel coadjuvante na economia. Assim como a SRB, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com sede no Rio de Janeiro, fundada no século XIX, cujo histórico era manter-se sempre alinhada aos governos, nos editoriais de sua revista “A Lavoura”, arriscava algumas críticas.

Salvio de Almeida Prado, presidente da SRB, escrevia ao Estado De São Paulo, considerando que a derrota do Arena nas eleições de 1974 para o MDB devia-se a “(...) um estado de espírito; manifestando sua insatisfação pelo que se passa com sua vida cotidiana, cujas dificuldades vêm crescendo desde longa data.”¹¹ No mesmo texto, afirmava que a derrota se dera devido às meias verdades do milagre, e criticou o encaminhamento dado à política agrícola brasileira.

Na véspera de natal do mesmo ano, a SRB provou o gosto amargo da Censura. A matéria “Pecuária vê tendência de estatização do comércio” foi parcialmente censurada e, como de praxe, foi substituída por um trecho de os Lusíadas.

Isso só favorece a carne importada, que recebe isenção de todas as tarifas, enquanto a nossa é tributada com Funrural e ICM.

Apesar disso, Junqueira considera a importação um “mal que tende a continuar, pois atende aos interesses das multinacionais do setor e da própria indústria automobilística. Isto porque o ministro da Economia do Uruguai declarou recentemente que seu país só comprou automóveis brasileiros após a importação que fizeram de carne uruguaia”.¹²

Tanto a crítica mais ácida do presidente da Rural, que dez anos antes exaltava a “Revolução”, quanto a censura do trecho acima, demonstram que estava encerrada a “lua de mel” entre os “Heróis patriotas” e seus apoiadores civis da SRB, que marcharam com Deus, pela família e pela propriedade, em março de 1964, nas ruas de São Paulo. Para os produtores, apesar dos incentivos fiscais, crédito com juros baixos, participação de membros da SRB em ministérios-chaves do governo, tudo isso era pouco, insuficiente, eles esperavam mais, e qualquer medida que sinalizasse a possibilidade do avanço da industrialização do país, era vista como uma ameaça aos seus interesses.

⁹ Jornal O Estado de São Paulo - 12-10-1974 - p. 27.

¹⁰ Jornal O Estado de São Paulo - 12-10-1974 - p. 27.

¹¹ Jornal O Estado de São Paulo - 21-11-1974 - p. 5.

¹² Jornal O Estado de São Paulo - 24-12-1974 - p. 16. Trecho Censurado.

IBC *versus* SRB

O aumento do preço do petróleo aprofundou a preocupação do país em desenvolver seu setor energético. Para o abastecimento elétrico, optou-se por investir nas hidroelétricas, e para abastecer o setor automobilístico, o programa Proálcool. Apesar deste programa prever investimentos no setor agrícola, para o plantio de cana-de-açúcar, esses investimentos passavam longe dos interesses dos produtores de café (principais membros da SRB) e latifundiários.

Enquanto a entidade paulista criticava fortemente as políticas adotadas pelo IBC, a SNA, no início de 1977, apontava um retorno do ciclo do café no estado do Rio de Janeiro. “O Plano de Renovação e Revigoração do IBC abriu definitivamente as portas ao ‘novo reinado do café’ no Estado.”¹³ O título da matéria, “Plante café e colha dinheiro”, contrastava com as notas da SRB no jornal Estado de São Paulo.

Em 1978 a Sociedade Rural Brasileira, continuava com o mesmo impasse. No mês de janeiro, apesar do otimismo do presidente do IBC, Camilo Calazans, o presidente da Rural, afirmou que se “não fossem os erros cometidos pelo governo, a receita do café seria de 5 bilhões de dólares, e não de 2,7 bilhões.”¹⁴

Em março, junto com outras entidades de produtores rurais, principalmente cafeeiros, pediam a intervenção do presidente Geisel no IBC. A FAESP, por exemplo, afirmava que iria ignorar a existência do Instituto. Na Assembleia Legislativa, o deputado Marco Antônio Castello Branco (ARENA), pedia o afastamento do presidente do IBC. Sálvio de Almeida Prado pedia ao governo um reajuste do preço mínimo do café para 3 mil cruzeiros por saca.

A oposição dos produtores ao Instituto Brasileiro do Café levou a criação de um movimento chamado “Marcha para Brasília” - criado na Prefeitura de Adamantina (SP), no dia 18 de março de 1978. Segundo o prefeito da cidade, Gildomar Pax Pedroso (ARENA), o movimento seria “uma manifestação pura e pacífica de uma classe que está cansada de reivindicar e que agora busca apoio de suas lideranças”¹⁵. A marcha ganhou também apoio de setores da indústria e do comércio, pois, a crise do café já estava prejudicando-os. Pedroso, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, afirmou que a “Marcha” contaria com apoio de mais 23 prefeituras dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

No mesmo mês, eleito novo presidente da SRB, Renato Ticoulat Filho afirmou que a entidade estava disposta a voltar a participar ativamente da vida política do país. Ticoulat era um próspero agricultor paranaense e havia sido vice-presidente da administração anterior da entidade.

Em abril do mesmo ano, as tensões continuaram entre os produtores de café e o governo. Durante a cerimônia de posse da nova administração, o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves (Vice presidente do país no governo Figueiredo), afirmou que “as medidas podem não ter atendido às expectativas, mas o governo fez o que estava dentro das suas possibilidades”¹⁶. Além do governador de Minas Gerais, Paulo Egydio Martins, governador de São Paulo, e Jaime Canet Júnior, governador do Paraná, ratificaram a posição de Chaves, afirmando que “o governo fez o que pode para atender o setor.”¹⁷

Os governadores também fizeram comentários sobre a afirmação de Calazans, que os produtores de café estavam chantageando o governo durante o período de eleição. Ambos os governadores afirmaram que não acreditavam que tais palavras tenham saído de Calazans, e

¹³ Revista A Lavoura - Janeiro - 1977 - p. 9.

¹⁴ Jornal O Estado de São Paulo - 01-01-1978 - Capa.

¹⁵ Jornal O Estado de São Paulo - 22-03-1978 - p. 34.

¹⁶ Jornal O Estado de São Paulo - 11-04-1978 - p. 36.

¹⁷ Jornal O Estado de São Paulo - 11-04-1978 - p. 36.

que o episódio não passava de um mal entendido. Porém, Calazans havia, de fato, feito tal declaração ao jornal Estado de São Paulo no dia 9 de abril. Por fim, os governadores de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, se mostravam otimistas em relação à promessa do governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), onde a agricultura seria prioridade.

Enquanto o governo Figueiredo e suas promessas de “olhar para a agricultura” não chegavam, continuavam as tensões no setor. Em junho foi a vez de um desentendimento entre os Ministros da Fazenda e Agricultura. A extinção de juros subsidiados, pelo Ministro da Fazenda, Simonsen, desagradou o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, que defendia a manutenção dos empréstimos com juros subsidiados. Ticoulat, saiu em defesa à manutenção da linha de crédito subsidiada. Em nota oficial afirmou que “aceita a ideia de que o agricultor deve aplicar recursos próprios na atividade produtora, (...). Mas é preciso lembrar que, para que o agricultor dependa cada vez menos dos juros subsidiados, ele precisa obter rentabilidade em seus produtos (...)”¹⁸. Por fim, criticou a rentabilidade do café no mercado financeiro, fruto de intervenções do Estado.

Em agosto de 1978, houve em Londres uma queda de 6,87% na cotação do café. Em Nova York, a desvalorização foi de 5,6%. Tendo em vista tal queda, os produtores apelaram para a ajuda do governo. No Rio de Janeiro, o presidente do Centro de Comércio de Café, Wilson Perácio, afirmava que a única forma de fortalecer os cafeicultores seria a elevação do financiamento concedido aos produtores e exportadores, garantindo assim a formação de estoques. Outra pressão dos produtores de café foi em relação à elevação de 50% para 80% sobre o preço de garantia de financiamento concedido aos cafeicultores.

Em carta ao jornal Estado de São Paulo, o presidente da Rural afirmava que o problema do café não estava relacionado às dificuldades técnicas, mas sim de vontade política. Citou uma série de dificuldades enfrentadas pelas associações de produtores, assim como uma dificuldade de diálogo entre tais associações e setores da burocracia estatal. Por fim afirma que:

O problema cafeeiro chegou a um impasse que é apenas político, nada tendo de técnico. Ele está intimamente ligado à forma de transferência de recursos da Agricultura para atividades urbanas.

O café é problema de interesse nacional, e a recuperação da atividade para os próximos anos depende de decisões políticas corajosas que possam salvá-lo.¹⁹

Liberal sim! Mas um subsídio não faz mal a ninguém

Segundo Sonia Regina de Mendonça, SRB e SNA se aproximavam em uma posição: “a penalização da agricultura em detrimento da indústria, mediante transferência de renda que ‘amordaçavam’ o desempenho e a capacidade de expansão da atividade.” (MENDONÇA, 2010, p. 145).

Principal representante dos produtores de café de São Paulo, a SRB adotou uma posição beligerante em relação ao governo de Geisel, se compararmos a fala de tal entidade nos três governos anteriores (Castelo Branco, Costa e Silva e Médici). Com certeza, chegaremos a fácil conclusão de que o tom das críticas da Rural de São Paulo eram bem maiores que antes. Os investimentos do Programa Proálcool não mudaram sua posição, pois tal programa não trouxe solução à produção de café.

Ainda em 1978, observamos uma série de críticas da Rural paulista ao governo. Em novembro, criticava a suspensão do crédito de café pelo Banco do Brasil. Em janeiro do ano

¹⁸ Jornal O Estado de São Paulo - 01-06-1978 - p. 31.

¹⁹ Jornal O Estado de São Paulo - 01-11-1978 - p. 2.

seguinte, foi a vez se opor a indicação do novo Ministro da Agricultura, figura já conhecida do governo, Delfim Netto. Considerava-o um tecnocrata, distante do campo.

Apesar das críticas veementes dos pecuaristas e agricultores, principalmente do estado de São Paulo, o ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto está confirmado para a pasta da Agricultura. As críticas quanto à indicação de Delfim para o ministério são devidas à sua atuação como ministro da Fazenda. Na época, segundo os pecuaristas, Delfim tomou certas atitudes que descontentaram o setor.²⁰

A questão dos subsídios era um assunto complexo. Ao mesmo tempo em que defendia a livre iniciativa “É preciso menos estudos, menos planos e mais confiança na livre-iniciativa.”²¹, era forte defensora da manutenção dos subsídios. Na sua lógica, a intervenção do Estado atrapalhava a lucratividade do campo, logo, o mesmo deveria promover subsídios aos produtores. Algo parecido acontecia no país vizinho. A *Sociedad Rural Argentina*, principal representante dos produtores de gado, conhecida também como “A Rural de Palermo”, defendia categoricamente a livre-iniciativa (inspirava-se sua defesa na constituição argentina de 1840), entretanto, ao analisarmos seus discursos, seja durante governos peronistas ou anti-peronistas, havia sempre um apelo por créditos subsidiados.

Recorreram a uma política de preços mínimos, quando o valor do café despencou no mercado internacional; quando o dólar disparou, após a crise de 1973, apelaram para uma política de subsídios defensivos agrícolas e fertilizantes; quando os juros aumentavam, imploravam por empréstimos subsidiados aos bancos públicos. Quando a “mão invisível do mercado” falhava, recorriam ao afago da mão generosa do Estado, sempre disposto a salvar o latifundiário brasileiro.

Diante do exposto, cabe-nos inquirir se sua crítica dirigia-se ao ‘excesso de Estado’ ou se pleiteavam ‘menos Estado’ para das demais agremiações rurais e ‘mais Estado’ para seus agremiados. (...) as lideranças da SRB não cessariam de alertar aos leitores de *A Rural* quanto à possibilidade de os subsídios agrícolas beneficiarem, tão-somente, exportadores de soja, cacau e café. (MENDONÇA, 2010, p. 150).

Considerações Finais

Este artigo, nascido como uma complementação a minha dissertação de mestrado “O Quartel e a Fazenda: Entidades de proprietários rurais frente aos regimes militares no Brasil e Argentina (1964-1983)”, é uma sequência ao estudo do discurso oficial do latifundiário e suas relações com a burocracia estatal.

No presente contexto de avanço dos ruralistas no executivo e legislativo de nosso país, mais do que nunca é necessário mergulharmos na história agrária e observarmos o *modus operandi* dos ruralistas. Especificamente a SRB, principal representante dos cafeicultores do Brasil, fundada em 1919, apenas dez anos antes da crise da república oligárquica, presente no movimento de 1932, contra Getúlio Vargas, assim como nos movimentos de 1961 e 1964, ambos contra João Goulart. Em 2014, foi forte opositora a reeleição de Dilma Rousseff. Dois anos após, forte defensora do processo que afastou a presidenta do poder.

Em seu principal veículo de comunicação, o site da Sociedade Rural Brasileira²², mesmo com ampla divulgação dos incêndios da região do pantanal brasileiro (setembro de

²⁰ Revista A Rural – janeiro – 1979, p. 49.

²¹ Revista A Rural – fevereiro – 1979, p. 3.

²² Site www.srb.org.br/

2020), não há sequer uma nota sobre o ocorrido, pelo contrário. Seu discurso se aproxima do discurso do atual governo, de que o Brasil é, hoje, um grande defensor da natureza, principalmente no Amazonas.

Ainda em relação ao Amazonas, a entidade afirma em seu site que o agronegócio pode até não precisar do Amazonas, mas a população precisa do agronegócio para se desenvolver. Seu discurso de modernização do campo considera que os "dogmas ambientalistas" devem ser superados, assim como minimiza a questão das queimadas e o desmatamento na região

A entidade entende que as discussões sobre esta região têm ficado restritas aos temas queimadas e desmatamento, que muitas vezes se distanciam da realidade dos fatos e de uma visão mais holística sobre os desafios que este patrimônio da humanidade ainda apresenta.²³

Com 101 anos de idade, a Sociedade Rural Brasileira e seus associados ainda repetem o mesmo discurso, exaltando as maravilhas de um livre mercado, um *laissez faire laissez passer* a moda deles, onde a mão invisível recolhe os lucros do *Agro-pop* e a mão paterna do Estado balança o berço em noites de febre alta.

Referências

Fontes primárias

REVISTA **A RURAL**. São Paulo: SRB, 1920-1964-1979.

REVISTA **A LAVOURA**. Rio de Janeiro: SNA, 1897-1977.

JORNAL **O ESTADO DE SÃO PAULO**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1875-1964-1979.

Bibliografia

FAUSTO, B: **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, B; DEVOTO, F.J. **Brasil e Argentina**: Um ensaio de história comparada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERREIRA, J; GOMES, A.C. **1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, J; GOMES, A.C. **João Goulart**: Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GASPARI, E: **As Ilusões Armadas**: A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **As Ilusões Armadas**: A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **O Sacerdote e o feiticeiro**: A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²³ Site www.srb.org.br/o-agro-em-defesa-do-meio-ambiente/

GENTIL, L. G. **O Quartel e a Fazenda**: Entidades de proprietários rurais frente aos regimes militares no Brasil e Argentina (1964-1983). 2016.147 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de História, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2016.

MENDONÇA, S.R. de; VALENÇA, M. **Brasil e Argentina**: Estado, agricultura e empresários. Niterói: Vício de Leitura, 2001.

MENDONÇA, S.R. de; VALENÇA, M. **Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Recebido em 24 set. de 2020
Aprovado em 09 out. de 2020